

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	31
1. Generalidades	31
1.1. Modelos Tradicionais de Organização do Processo.....	31
1.2. Modelo Cooperativo de Processo	32
2. Jurisdição.....	33
2.1. Equivalentes jurisdicionais	33
2.2. Conceito de jurisdição.....	34
2.3. Princípios da jurisdição	35
2.3.1. <i>Princípio da Investidura</i>	35
2.3.2. <i>Princípio da Inevitabilidade</i>	35
2.3.3. <i>Princípio da Territorialidade</i>	35
2.3.4. <i>Princípio da Indelegabilidade</i>	36
2.3.5. <i>Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição</i>	36
2.4. Jurisdição voluntária.....	36
3. Ação.....	37
3.1. Condições da ação.....	38
3.2. Elementos da ação	39
3.3. Classificação das ações	39
3.3.1. <i>Ações dúplices</i>	39
3.3.2. <i>Ação Condenatória, Ação Constitutiva e Ação Declaratória</i> ..	40
4. Processo	41
4.1. Fases da ciência processual	41
4.2. Processo e procedimento	42
4.2.1. <i>Flexibilidade do processo</i>	42
4.3. Formação do processo	44
4.3.1. <i>Início do Processo</i>	45
4.3.2. <i>Formação gradual da relação processual</i>	45
4.3.3. <i>Procedimento sincrético</i>	45
4.4. Pressupostos Processuais.....	46
4.4.1. <i>Pressupostos de Existência</i>	46

4.4.1.1.	Capacidade de ser parte – pressuposto de existência subjetivo (parte)	46
4.4.1.2.	Órgão investido de jurisdição – pressuposto de existência subjetivo (juiz)	46
4.4.1.3.	Demanda – pressuposto de existência objetivo	46
4.4.2.	Pressupostos de Validade	47
4.4.2.1.	Capacidade Processual – requisito de validade subjetivo (parte)	47
4.4.2.2.	Capacidade Postulatória – requisito de validade subjetivo (parte)	47
4.4.2.3.	Competência – requisito de validade subjetivo (juiz)	47
4.4.2.4.	Imparcialidade – requisito de validade subjetivo (juiz)	47
4.4.2.5.	Respeito ao formalismo processual – requisito de validade objetivo intrínseco	48
4.4.2.6.	Inexistência de fatos impeditivos – requisito de validade objetivo extrínseco	48
5.	Justiça multiportas	48
5.1.	Mediação e conciliação	49
5.2.	Arbitragem	50

CAPÍTULO 2

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS	55	
1. Parte geral do CPC/15	55	
1.1.	Normas fundamentais do processo civil	55
1.2.	Constitucionalização do processo civil	55
1.3.	Princípios e regras processuais civis	56
1.3.1.	<i>Princípio do Devido Processo Legal</i>	56
1.3.2.	<i>Princípio Dispositivo e Princípio Inquisitivo</i>	57
1.3.3.	<i>Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição</i>	57
1.3.4.	<i>Dever de Estímulo à Autocomposição</i>	58
1.3.5.	<i>Princípio da Razoável Duração do Processo</i>	58
1.3.6.	<i>Princípio da Primazia do Julgamento do Mérito</i>	58
1.3.7.	<i>Princípio da Boa-fé</i>	59
1.3.8.	<i>Princípio da Cooperação</i>	60
1.3.9.	<i>Princípio da Efetividade</i>	61
1.3.10.	<i>Princípio da Isonomia</i>	61
1.3.11.	<i>Princípio do Contraditório</i>	62
1.3.12.	<i>Princípio da Proporcionalidade e Princípio da Razoabilidade</i>	63

1.3.13. <i>Princípio da Legalidade</i>	63
1.3.14. <i>Princípio da Publicidade</i>	63
1.3.15. <i>Princípio da Eficiência</i>	64
2. Ordem cronológica preferencial de julgamento.....	64
3. Da aplicação das normas processuais.....	66
3.1. Normas regentes do processo no Brasil	66
3.2. Direito intertemporal	66
3.2.1. <i>Sistemas de Direito Intertemporal</i>	66
3.3. Aplicação do CPC a outros “processos”	67

CAPÍTULO 3

DA COMPETÊNCIA	71
1. Generalidades	71
1.1. Princípios processuais relativos à competência	71
1.1.1. <i>Princípio da tipicidade da competência</i>	71
1.1.2. <i>Princípio da indisponibilidade da competência</i>	72
1.1.3. <i>Princípio do juiz natural</i>	72
1.1.4. <i>Princípio da competência adequada</i>	72
1.2. Regra fundamental de competência: Kompetenz-Kompetenz	72
2. Competência relativa e competência absoluta	73
3. Fixação ou determinação da competência	73
3.1. Critérios de fixação da competência	74
3.1.1. <i>Critério objetivo</i>	74
3.1.2. <i>Critério funcional</i>	75
3.1.3. <i>Critério territorial</i>	75
4. Modificação da competência	76
4.1. Conexão e continência.....	76
4.1.1. <i>Conexão</i>	76
4.1.2. <i>Continência</i>	77
4.1.3. <i>Prevenção e juízo preventivo</i>	78
4.2. Cláusula de eleição de foro	79
5. Competência interna	79
5.1. Competência para ações fundadas em direito pessoal.....	80
5.2. Competência para ações fundadas em direito real.....	80
5.3. Regras especiais de atribuição de competência.....	81
5.3.1. <i>Foro de sucessão</i>	81
5.3.2. <i>Ações propostas contra o ausente</i>	81
5.3.3. <i>Ações propostas contra o incapaz</i>	81

5.3.4.	<i>Demandas em que figuram como parte os Estados e o Distrito Federal e um problema de federalismo processual...</i>	82
5.3.5.	<i>Regras diferenciadas para as ações pessoais.....</i>	84
6.	Incompetência	86
7.	Cooperação judiciária	88
7.1.	Cooperação judiciária internacional	88
7.1.1.	<i>Objeto da cooperação internacional.....</i>	<i>89</i>
7.1.2.	<i>Técnicas de cooperação internacional.....</i>	<i>89</i>
7.1.2.1.	Auxílio Direto	90
7.1.2.2.	Carta Rogatória	90
7.2.	Cooperação nacional.....	91
7.2.1.	<i>Bases para a compreensão da cooperação judiciária</i>	<i>92</i>
7.2.1.1.	Sujeitos da cooperação	92
7.2.1.2.	Tipos de cooperação	92
7.2.1.3.	Instrumentos ou meios de cooperação.....	93
7.2.1.4.	Atos em cooperação.....	94

CAPÍTULO 4

	DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....	99
1.	Das partes e dos procuradores	99
1.1.	Das partes	99
1.1.1.	<i>Da Capacidade Processual.....</i>	<i>99</i>
1.1.1.1.	Da representação e da assistência dos incapazes....	100
1.1.1.2.	Da capacidade processual dos cônjuges.....	101
1.1.1.3.	Da representação processual das pessoas jurídicas e das quase pessoas	102
1.1.1.4.	Incapacidade processual e irregularidade de representação	103
1.1.2.	<i>Legitimidade para ser parte</i>	<i>103</i>
1.1.2.1.	Legitimidade Exclusiva e Legitimidade Concorrente.	104
1.1.2.2.	Legitimidade Ordinária e Legitimidade Extraordinária	104
1.2.	Dos procuradores	105
1.2.1.	<i>Da Procuração</i>	<i>105</i>
1.3.	Deveres das partes e dos procuradores	106
1.3.1.	<i>Ato atentatório à dignidade da justiça – violação aos incisos IV e VI do art. 77.....</i>	<i>107</i>
1.3.2.	<i>Responsabilidade das partes por dano processual e litigância de má-fé.....</i>	<i>109</i>

1.3.3.	<i>Das despesas</i>	110
1.3.3.1.	Sentença proferida com fundamento em desistência, renúncia, reconhecimento do pedido ou transação.....	111
1.3.3.2.	Adiantamento das despesas.....	112
1.3.3.3.	Prestação de caução pelo autor residente fora do Brasil.....	112
1.3.3.4.	Atos praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública	113
1.3.3.5.	Remuneração do assistente técnico e do perito	114
1.3.3.6.	Outras regras relativas às despesas processuais.....	114
1.4.	Honorários advocatícios	115
1.4.1.	<i>Honorários recursais</i>	116
1.4.2.	<i>Forma de cálculos dos honorários</i>	118
1.4.3.	<i>Outras regras relativas aos honorários</i>	120
1.5.	Gratuidade da Justiça	123
1.5.1.	<i>Formulação do pedido de gratuidade da justiça</i>	125
1.5.2.	<i>Recursos cabíveis</i>	126
1.5.3.	<i>Outras regras relativas à gratuidade da justiça</i>	127
1.6.	Sucessão processual	128
1.6.1.	<i>Sucessão das partes</i>	129
1.6.1.1.	Alienação da coisa ou cessão do direito litigioso ...	129
1.6.2.	<i>Sucessão dos procuradores</i>	129
2.	Do juiz	130
2.1.	Proibição do <i>non liquet</i> e limites da decisão	131
2.2.	Controle judicial da lide simulada e da lide fraudulenta	132
2.3.	Responsabilidade Civil do Juiz	132
2.4.	Impedimento e suspeição	133
2.4.1.	<i>Do impedimento</i>	133
2.4.2.	<i>Da suspeição</i>	136
3.	Dos auxiliares de justiça	137
3.1.	Do escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça	138
3.2.	Do perito	139
3.3.	Do depositário e do administrador	139
3.4.	Do intérprete e do tradutor	140
3.5.	Dos conciliadores e mediadores judiciais	140
3.5.1.	<i>Câmaras administrativas de mediação e conciliação</i>	141

CAPÍTULO 5

DO LITISCONSÓRCIO E DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	145
1. Generalidades	145
2. Do litisconsórcio	145
2.1. Classificações.....	146
2.2. Regime processual dos litisconsortes	147
2.2.1. <i>Litisconsórcio multitudinário</i>	147
2.2.2. <i>Ausência de citação dos litisconsortes</i>	148
3. Intervenção de terceiros.....	148
3.1. Assistência	149
3.1.1. <i>Assistência simples</i>	149
3.1.2. <i>Assistência litisconsorcial</i>	150
3.2. Denúnciação da lide.....	151
3.2.1. <i>Denúnciação da lide sucessiva</i>	152
3.2.2. <i>Inadmissibilidade da denúnciação da lide per saltum</i>	152
3.2.3. <i>Denúnciação promovida pelo autor</i>	152
3.2.4. <i>Denúnciação promovida pelo réu</i>	153
3.3. Chamamento ao processo.....	154
3.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	156
3.4.1. <i>Legitimados ativos para a desconsideração</i>	157
3.4.2. <i>Espécies de desconsideração</i>	157
3.4.3. <i>Cabimento do incidente</i>	157
3.4.4. <i>Procedimento</i>	158
3.5. <i>Amicus Curiae</i>	159
3.5.1. <i>Admissibilidade da intervenção em qualquer processo</i>	161

CAPÍTULO 6

DOS ATOS PROCESSUAIS	165
1. Forma dos atos processuais	165
1.1. Publicidade dos atos	165
1.2. Atos das partes.....	166
1.3. Atos do juiz.....	166
2. Preclusão para a prática dos atos.....	168
3. Tempo e lugar dos atos processuais	168
4. Prazos processuais	168
4.1. Contagem dos prazos processuais.....	170
4.1.1. <i>Forma de contagem dos prazos processuais</i>	170

4.1.2.	<i>Suspensão dos prazos processuais</i>	174
4.1.3.	<i>Prorrogação judicial dos prazos</i>	175
4.2.	Prazos para o juiz e para os serventuários.....	175
4.3.	Prazo em dobro para litisconsortes	176
5.	Comunicação dos atos processuais	176
5.1.	Citação.....	176
5.1.1.	<i>Pessoalidade da citação</i>	178
5.1.2.	<i>Efeitos da citação</i>	180
5.1.3.	<i>Modalidades de Citação</i>	181
5.1.3.1.	Citação eletrônica – art. 246, <i>caput</i>	182
5.1.3.2.	Citação pelo correio – art. 246, § 1º-A, inciso I....	185
5.1.3.3.	Citação por mandado – art. 246, § 1º-A, inciso II.	186
5.1.3.4.	Citação por mandado com hora certa – art. 246, § 1º-A, inciso II c/c art. 252.....	186
5.1.3.5.	Citação por Edital – art. 246, § 1º-A, inciso IV	187
5.1.3.6.	Comparecimento em cartório – art. 246, § 1º-A, inciso III	189
5.2.	Intimações	189
6.	Negócios jurídicos processuais.....	191
6.1.	Cláusula geral de negociação processual.....	191
6.1.1.	<i>Eficácia plena dos negócios processuais – desnecessidade de homologação</i>	193
6.2.	Calendarização do processo.....	194
7.	Invalidades processuais	194
7.1.	Normas fundamentais do sistema de invalidades	195
7.1.1.	<i>Princípio da instrumentalidade das formas</i>	195
7.1.2.	<i>Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos e princípio da fungibilidade</i>	196
7.1.3.	<i>Princípio da causalidade</i>	196
7.3.	Classificação tradicional dos vícios: <i>nulidade absoluta, nulidade relativa e anulabilidade</i>	196
7.4.	Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público	197

CAPÍTULO 7

	TUTELA PROVISÓRIA.....	201
1.	Disposições gerais.....	201
1.1.	Tutela provisória incidental e antecedente	201
1.2.	Decisão liminar.....	202
1.3.	Poder geral de efetivação	202

1.4.	Diferenças entre tutela antecipada e tutela cautelar	203
2.	Tutelas de urgência	204
2.1.	Reversibilidade da medida	205
2.2.	Responsabilidade pelos eventuais prejuízos.....	205
2.3.	Tutela antecipada antecedente de urgência.....	206
2.3.1.	<i>Estabilização da tutela provisória</i>	208
2.3.1.1.	Inércia do réu e a natureza da estabilização	208
2.3.1.2.	Inércia do autor e o “problema” da dupla inércia... ..	209
2.3.2.	<i>“Recurso” ou “impugnação” para evitar a estabilização</i>	209
2.3.3.	<i>Ação revisional da tutela antecipada estabilizada</i>	210
2.4.	Tutela cautelar antecedente.....	211
2.4.1.	<i>Procedimento</i>	211
2.4.2.	<i>Pedido de tutela cautelar incidental</i>	213
2.4.3.	<i>Poder geral de efetivação da tutela cautelar</i>	214
2.4.4.	<i>Cessaç�o da efic�cia da medida cautelar</i>	214
2.4.5.	<i>Fungibilidade entre as demandas cautelar e antecipada</i>	215
3.	Tutela de evid�ncia	215

CAPÍTULO 8

INTRODU�O AO PROCEDIMENTO COMUM.....	221
1. Forma�o do processo	221
2. Suspens�o do processo	221
3. Extin�o do processo.....	225
4. Procedimento comum	226
4.1. Fases do procedimento comum	226

CAPÍTULO 9

PETI�O INICIAL.....	229
1. Generalidades	229
2. Requisitos da peti�o inicial	229
2.1. Causa de pedir.....	231
2.2. Pedido.....	233
2.2.1. <i>Pedido imediato e pedido mediato</i>	234
2.2.2. <i>Interpreta�o do pedido</i>	234
2.2.3. <i>Cumula�o de pedidos</i>	234
2.2.3.1. Requisitos para a cumula�o de pedidos	236
3. Modifica�es na peti�o inicial	237

4. Indeferimento da petição inicial.....	238
5. Improcedência liminar do pedido.....	239

CAPÍTULO 10

INTEGRAÇÃO DO RÉU AO CONTRADITÓRIO	243
1. Generalidades	243
2. Audiência prévia de conciliação ou de mediação	243
2.1. Regramento procedimental da audiência prévia	244
2.1.1. <i>Atuação do conciliador ou mediador judicial.....</i>	<i>245</i>
2.1.2. <i>Audiência prévia como ato necessário do procedimento.....</i>	<i>245</i>
2.1.3. <i>Multa pelo não comparecimento à audiência prévia</i>	<i>246</i>
2.1.4. <i>Necessidade de as partes estarem acompanhadas e nomeação de representante</i>	<i>247</i>
3. Respostas do réu	248
3.1. Contestação	248
3.1.1. <i>Prazo para apresentação da contestação.....</i>	<i>248</i>
3.1.2. <i>Normas estruturais da Contestação</i>	<i>250</i>
3.1.3. <i>Questões prévias preliminares</i>	<i>251</i>
3.1.3.1. <i>Arguição de incompetência</i>	<i>253</i>
3.1.3.2. <i>Correção do polo passivo da demanda</i>	<i>256</i>
3.2. Reconvenção	257
3.2.1. <i>Pressupostos materiais da reconvenção</i>	<i>258</i>
3.2.2. <i>Interesse de agir na reconvenção</i>	<i>258</i>
3.2.3. <i>Autonomia da reconvenção</i>	<i>259</i>
3.2.4. <i>Litisconsórcio na reconvenção</i>	<i>259</i>
3.2.5. <i>Substituição processual e reconvenção</i>	<i>259</i>
4. Revelia.....	260
4.1. Efeito material da revelia	260
4.2. Efeito processual da revelia.....	261
4.3. Outras situações que mitigam os efeitos da revelia.....	262
4.4. Produção de provas pelo revel.....	262

CAPÍTULO 11

ORGANIZAÇÃO E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	265
1. Providências preliminares	265
2. Julgamento conforme o estado do processo	266
2.1. Extinção do processo.....	266
2.2. Julgamento antecipado do mérito	266

2.2.1.	<i>Julgamento antecipado total do mérito</i>	267
2.2.2.	<i>Julgamento antecipado parcial do mérito</i>	267
2.2.2.1.	Julgamento antecipado parcial do mérito dos feitos suspensos parcialmente	269
2.3.	Decisão de saneamento e organização do processo	269
2.3.1.	<i>Saneamento consensual</i>	271
2.3.2.	<i>Saneamento compartilhado</i>	271
2.3.3.	<i>Produção de provas cuja necessidade surja após o saneamento</i>	272

CAPÍTULO 12

	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	275
1.	Generalidades	275
2.	Procedimento	275
2.1.	Registro da audiência	277
2.2.	Alteração na data da audiência	277
2.3.	Cisão da audiência	278
3.	Incumbências do juiz	279

CAPÍTULO 13

	TEORIA GERAL DA PROVA	281
1.	Generalidades	281
2.	Meios e fontes de prova	281
2.1.	Atipicidade dos meios de prova	281
3.	Finalidade da prova	282
3.1.	Objeto da prova	282
3.1.1.	<i>Características do thema probandum</i>	282
3.1.2.	<i>Fatos que independem de prova</i>	283
3.1.3.	<i>Prova do Direito</i>	283
4.	Destinatários da prova	283
5.	Máximas de experiência e regras de experiência técnica	283
6.	Presunção	284
7.	Iniciativa probatória de ofício	285
8.	Princípio da comunhão da prova ou aquisição processual da prova	285
9.	Inadmissibilidade da prova	286
9.1.	Proibição da prova ilícita	287
9.1.1.	<i>Provas ilícitas por derivação – fruits of the poisonous tree</i>	287
10.	Sistemas de valoração das provas	287

11. Ônus da prova.....	288
12. Prova emprestada.....	290
12.1. Outras questões sobre a prova emprestada	291
13. Dever de cooperação na busca da verdade.....	291
14. Produção antecipada de prova.....	293
14.1. Notas sobre o procedimento	294
14.1.1. <i>Competência</i>	294
14.1.2. <i>Citação dos interessados</i>	294
14.1.3. <i>Descabimento de defesa ou recurso</i>	295
14.1.4. <i>Aplicação do procedimento ao arrolamento de bens</i>	296
14.1.5. <i>Produção antecipada de prova incidental</i>	296

CAPÍTULO 14

PROVAS EM ESPÉCIE.....	299
1. Ata notarial.....	299
2. Depoimento pessoal.....	300
2.1. Finalidade da prova.....	300
2.1.1. <i>Direito ao silêncio</i>	300
2.2. Depoimento pessoal e interrogatório informal.....	301
2.3. Pessoalidade.....	301
2.4. Procedimento.....	301
3. Confissão.....	302
3.1. Espécies de confissão	302
3.1.1. <i>Confissão judicial e litisconsortes</i>	303
3.2. Ineficácia da confissão	303
3.3. Irrevogabilidade da confissão.....	304
3.4. Indivisibilidade da confissão	304
4. Exibição de documento ou coisa	305
4.1. Exibição contra a parte.....	305
4.2. Exibição contra terceiro.....	307
5. Prova documental.....	308
5.1. Espécies de documentos.....	308
5.1.1. <i>Documentos Públicos</i>	308
5.1.2. <i>Documentos Particulares</i>	309
5.2. Higidez dos documentos.....	310
5.3. Arguição de falsidade do documento	310
5.4. Produção da prova documental.....	311
5.4.1. <i>Dever de colaboração dos entes públicos</i>	312

6. Documentos Eletrônicos.....	312
7. Prova testemunhal	312
7.1. Admissibilidade da prova testemunhal	312
7.2. Sujeitos que podem testemunhar.....	313
7.2.1. Juiz arrolado como testemunha	313
7.3. Escusa em testemunhar.....	314
7.4. Procedimento.....	314
7.4.1. Local e momento de realização das inquirições	316
7.4.2. Exercício de <i>múnus público</i> pela testemunha	316
8. Prova pericial.....	317
8.1. Fontes da prova pericial	317
8.2. Espécies de perícia	317
8.2.1. <i>Perícia Complexa</i>	317
8.3. Admissibilidade	318
8.3.1. <i>Dispensa da perícia</i>	318
8.4. Integração do perito	318
8.4.1. <i>Substituição do perito</i>	319
8.4.2. <i>Escusa do perito</i>	320
8.4.3. <i>Recusa do perito</i>	320
8.5. Escolha consensual do perito	320
8.6. O assistente técnico	321
8.7. Procedimento	322
8.7.1. <i>“Segunda perícia” e “outra perícia”</i>	324
8.8. Dever de fundamentação e congruência do laudo pericial	324
8.9. Valoração da prova pericial	325
8.10. A prova técnica simplificada	325
9. Inspeção judicial	325
9.1. Fonte da prova.....	326
9.2. Procedimento.....	326

CAPÍTULO 15

SENTENÇA E COISA JULGADA	329
1. Generalidades	329
2. Da extinção do processo	329
2.1. Extinção do processo sem resolução de mérito.....	329
2.2. Extinção do processo com resolução de mérito	332
3. Elementos da sentença.....	334
4. Dever de fundamentação das decisões judiciais	335

4.1.	Ponderação	337
4.2.	Interpretação da decisão	338
5.	Limitações ao poder-dever de decidir.....	338
5.1.	Princípio da congruência	338
5.2.	Requisito das decisões: certeza.....	339
5.3.	Atendibilidade dos fatos supervenientes	340
5.4.	Inalterabilidade da sentença.....	340
6.	Decisões relativas às obrigações de pagar quantia	341
6.1.	Hipoteca judiciária	341
7.	Decisões relativas às obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa	342
7.1.	Obrigações de fazer e não fazer	343
7.1.1.	<i>Obrigação de fazer consistente em emissão de vontade.....</i>	<i>343</i>
7.2.	Obrigações de dar coisa.....	343
8.	Coisa julgada	344
8.1.	Coisa julgada formal e material	344
8.2.	Modo de produção e efeitos da coisa julgada.....	345
8.2.1.	<i>Relações jurídicas de trato continuado</i>	<i>345</i>
8.2.1.1.	Cessão da eficácia da coisa julgada em razão da superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido diverso (Temas 881 e 885 da Repercussão Geral)	346
8.2.2.	<i>Conflito de coisas julgadas</i>	<i>348</i>
8.3.	Limites subjetivo e objetivo da coisa julgada	349
8.3.1.	<i>Limites subjetivos da coisa julgada</i>	<i>349</i>
8.3.2.	<i>Limites objetivos da coisa julgada</i>	<i>349</i>
8.3.2.1.	Resolução de questão prejudicial	349
8.4.	Revisão da coisa julgada	352

CAPÍTULO 16

INTRODUÇÃO AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA		355
1.	Ação de consignação em pagamento – arts. 539 a 549	355
2.	Ação de exigir contas – arts. 550 a 553.....	356
3.	Ações possessórias – arts. 554 a 568.....	356
4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares – arts. 569 a 598.....	357
5.	Ação de dissolução parcial de sociedade – art. 599 a 609.....	357
6.	Inventário e partilha – arts. 610 a 673.....	357
7.	Embargos de terceiro – arts. 674 a 681	358
8.	Oposição – arts. 682 a 686	358

9. Habilitação – arts. 687 a 692.....	359
10. Ações de família – arts. 693 a 699.....	359
11. Ação monitória – arts. 700 a 702.....	360
12. Homologação de penhor legal – arts. 703 a 706.....	360
13. Regulação de avaria grossa – arts. 707 a 711.....	361
14. Restauração de autos – arts. 712 a 718.....	361

CAPÍTULO 17

INTRODUÇÃO À TUTELA EXECUTIVA	363
1. Generalidades	363
2. Procedimento e classificações	363
2.1. Execução Direta e execução indireta.....	363
2.2. Execução definitiva e execução provisória.....	364
3. Normas estruturais da execução	364
3.1. Princípios.....	365
3.1.1. <i>Execução e Princípio da Efetividade</i>	365
3.1.1.1. <i>Cumprimentos dos atos executivos</i>	365
3.1.1.2. <i>Inclusão do executado nos cadastros de proteção ao crédito</i>	365
3.1.2. <i>Princípio da Responsabilidade Patrimonial na Execução</i>	367
3.1.3. <i>Princípio da Primazia da Tutela Específica</i>	367
3.1.4. <i>Princípio da Menor Onerosidade da Execução</i>	368
3.2. Regras.....	368
3.2.1. <i>Nulla executio sine titulo</i>	368
3.2.2. <i>Disponibilidade da execução</i>	369
3.2.3. <i>Responsabilidade objetiva do exequente</i>	370
3.2.4. <i>Aplicação subsidiária das normas sobre processo de conhecimento</i>	370
4. Generalidades sobre o procedimento executivo	371
4.1. Requisitos gerais para a execução (fase e processo)	371
4.1.1. <i>Demanda Executiva</i>	371
4.1.2. <i>Título executivo</i>	371

CAPÍTULO 18

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	375
1. Generalidades	375
2. Legitimidade	376
3. Competência.....	376

4.	Espécies de liquidação	376
4.1.	Liquidação por arbitramento – arts. 509, I e 510	377
4.1.1.	<i>Hipóteses</i>	377
4.1.2.	<i>Procedimento</i>	378
4.2.	Liquidação “por artigos” ou pelo procedimento comum – arts. 509, II e 511	378
4.2.1.	<i>Procedimento</i>	378
4.3.	Cálculos aritméticos – arts. 509, §§ 2º e 3º	379
5.	Defesa na liquidação	379
6.	Liquidação provisória	380

CAPÍTULO 19

	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	383
1.	Generalidades	383
1.1.	Demanda Executiva	383
1.2.	Comunicação do devedor	383
1.3.	Legitimidade passiva	385
1.4.	Honorários no cumprimento de sentença	385
1.5.	Sentença que decide relação sujeita a condição ou termo	386
1.6.	Competência para o cumprimento de sentença	387
1.6.1.	<i>Disposição do foro</i>	387
1.7.	Protesto de sentença	388
1.8.	Cumprimento de sentença e tutela provisória	390
2.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	390
2.1.	Cumprimento definitivo	391
2.1.1.	<i>Atuação do contabilista do juízo</i>	392
2.1.2.	<i>Documentos em posse de terceiros ou do Executado</i>	393
2.1.3.	<i>Execução invertida ou cumprimento por iniciativa do devedor</i>	393
2.2.	Cumprimento provisório	394
2.2.1.	<i>Retorno ao status quo ante</i>	396
2.2.2.	<i>Dispensa excepcional da caução</i>	397
3.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	398
3.1.	Prisão do devedor de alimentos	398
3.2.	Disponibilidade do procedimento	400
3.3.	Regra específica de competência	401
3.4.	Possibilidade de desconto em folha	401

3.5.	Repercussão penal da conduta procrastinatória do devedor.....	401
3.6.	Constituição de renda em favor do credor de alimentos decorrentes de ato ilícito	401
4.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa	402
4.1.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer.....	403
4.1.1.	<i>Astreintes</i>	404
4.2.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	407
5.	Cumprimento de sentença contra a fazenda pública	407
5.1.	Cumprimento provisório	408

CAPÍTULO 20

	NORMAS GERAIS SOBRE PROCESSO DE EXECUÇÃO	411
1.	Disposições gerais.....	411
1.1.	Demanda executiva	411
1.2.	O título executivo	411
1.2.1.	<i>Título executivo extrajudicial estrangeiro</i>	412
1.2.2.	<i>Exceção substancial de inadimplemento</i>	412
1.2.3.	<i>Adimplemento da obrigação</i>	413
1.3.	Partes no processo de execução	414
1.3.1.	<i>Cumulação de execuções e litisconsórcio</i>	415
1.3.2.	<i>Intervenção de terceiros na execução</i>	416
1.4.	Competência para o processo de execução	416
2.	Poderes do juiz na execução	417
3.	Atos atentatórios à dignidade da justiça	417
4.	Responsabilidade patrimonial.....	419
4.1.	Dos bens sujeitos à execução	420
4.2.	Bens submetidos ao regime de superfície.....	422
4.3.	Fraude à execução.....	423
4.3.1.	<i>Enunciado nº 375 da Súmula do STJ</i>	425
4.3.2.	<i>Diferenças entre fraude à execução e fraude contra credores</i>	426
4.4.	Direito de retenção	426
4.5.	Benefício de ordem do fiador.....	427
4.6.	Responsabilidade do sócio.....	427
4.7.	Responsabilidade do espólio.....	428

CAPÍTULO 21

DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	429
1. Disposições gerais.....	429
1.1. Concurso universal e concurso de penhoras.....	429
1.1.1. <i>Concurso universal de credores.....</i>	<i>429</i>
1.1.2. <i>Concurso de penhoras.....</i>	<i>430</i>
1.2. Requisitos da petição inicial	432
1.2.1. <i>Nulidade da execução</i>	<i>432</i>
1.3. Incumbências do exequente em razão da penhora	433
1.3.1. <i>Ineficácia da alienação em face do titular de direito real sobre a coisa penhorada não intimado</i>	<i>435</i>
1.4. Execução de obrigações alternativas.....	436
1.4.1. <i>Obrigação alternativa e obrigação genérica</i>	<i>437</i>
1.5. Citação e interrupção da prescrição.....	437
1.5.1. <i>Efeitos da citação válida.....</i>	<i>438</i>
2. Execução para a entrega de coisa	438
2.1. Entrega de coisa certa	438
2.1.1. <i>Vicissitudes quanto ao objeto.....</i>	<i>439</i>
2.1.2. <i>Liquidação das benfeitorias.....</i>	<i>440</i>
2.2. Entrega de coisa incerta	440
3. Execução das obrigações de fazer e não fazer	441
3.1. Obrigações de fazer.....	442
3.1.1. <i>Satisfação da obrigação</i>	<i>442</i>
3.1.2. <i>Não satisfação de obrigação infungível.....</i>	<i>442</i>
3.1.3. <i>Não satisfação de obrigação fungível</i>	<i>443</i>
3.2. Obrigações de não fazer	444
4. Execução por quantia certa	445
4.1. Certidão de Admissibilidade da Execução.....	448
4.2. Penhora.....	448
4.2.1. <i>Impenhorabilidades</i>	<i>449</i>
4.2.2. <i>Ordem preferencial de penhora.....</i>	<i>452</i>
4.2.2.1. <i>Utilidade da penhora e ausência de bens penhoráveis</i>	<i>454</i>
4.2.3. <i>Documentação da penhora, de seu registro e do depósito...</i>	<i>455</i>
4.2.4. <i>Lugar de realização da penhora</i>	<i>457</i>
4.2.5. <i>Modificações da penhora</i>	<i>458</i>
4.3. Tipos de Penhora	460
4.4. Avaliação.....	460
4.4.1. <i>Avaliação de imóvel vultoso.....</i>	<i>461</i>

4.4.2.	<i>Nova avaliação</i>	461
4.4.3.	<i>Alteração da penhora</i>	461
4.4.4.	<i>Dispensa de avaliação</i>	462
4.5.	Expropriação	462
4.5.1.	Adjudicação	463
4.5.1.1.	<i>Legitimidade para adjudicar – licitação entre os pretendentes ao bem</i>	464
4.5.1.2.	<i>Remissão do bem pelo devedor hipotecário</i>	465
4.5.2.	Alienação	465
4.5.2.1.	<i>Alienação por iniciativa particular</i>	466
4.5.2.2.	<i>Alienação por leilão judicial</i>	467
4.5.2.2.1.	<i>O leiloeiro público</i>	468
4.5.2.2.2.	<i>Condições da alienação e preço vil</i>	468
4.5.2.2.3.	<i>Pagamento pelo arrematante</i>	469
4.5.2.2.4.	<i>Formalização da arrematação</i>	470
4.5.2.2.5.	<i>Vicissitudes do leilão</i>	471
4.6.	Satisfação do crédito	473
5.	Execução de alimentos	475
6.	Execução contra a fazenda pública	475
6.1.	Execução entre entes públicos diversos	476

CAPÍTULO 22

	DEFESAS NO PROCEDIMENTO EXECUTIVO	479
1.	Generalidades	479
2.	Exceção ou objeção de pré-executividade	479
3.	Impugnação ao cumprimento de sentença	480
3.1.	Excesso de execução – quantia superior	485
3.1.1.	<i>Outras hipóteses de rejeição liminar</i>	486
3.2.	Concessão de efeito suspensivo à impugnação	486
3.3.	Inexigibilidade da obrigação fundada em lei ou ato inconstitucional	487
4.	Embargos à Execução	488
4.1.	A cognição nos embargos à execução	490
4.1.1.	<i>Excesso de execução</i>	491
4.1.2.	<i>Embargos de retenção por benfeitorias</i>	492
4.2.	Concessão de efeito suspensivo aos embargos	492
4.3.	Contagem do prazo em caso de litisconsórcio passivo na execução ..	494
4.4.	Embargos à Execução por carta	494

CAPÍTULO 23

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	497
1. Suspensão da execução.....	497
1.1. Suspensão do processo e questão criminal prévia	498
1.2. Concessão de efeito suspensivo à peça de defesa	498
1.3. Ausência de patrimônio penhorável ou não localização do devedor	498
1.4. Tentativa frustrada de alienação	499
1.5. Concessão do parcelamento legal	499
1.6. Convenção das partes	499
2. Extinção da execução.....	500
2.1. Indeferimento da demanda executiva	500
2.2. Extinção da obrigação	500
2.3. Prescrição intercorrente.....	501
2.3.1. Temas 566 a 571 dos Recursos Repetitivos.....	502
2.4. Desistência da execução	505
2.5. Julgamento procedente da defesa	505

CAPÍTULO 24

TEORIA GERAL DO PRECEDENTE JUDICIAL	507
1. Generalidades	507
2. Conceitos fundamentais	507
2.1. <i>Ratio Decidendi e obiter dictum</i>	509
2.2. <i>Stare decisis</i>	510
3. Interpretação e aplicação do precedente – o <i>distinguishing</i>	510
4. Superação dos precedentes – <i>overruling</i>, <i>overriding</i> e institutos afins.....	510
4.1. <i>Signaling</i>	511
4.2. <i>Transformation</i>	512
4.3. <i>Antecipatory overruling</i>	512
4.4. <i>Prospective overruling</i>	512
5. Uniformização da jurisprudência	513
6. Precedentes vinculantes	514
6.1. Microsistema de formação de precedentes vinculantes.....	516
7. Microsistema de julgamento de causas repetitivas.....	516
7.1. Modelo adotado: causa-modelo ou causa-piloto	517

CAPÍTULO 25

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....	519
1. Generalidades	519
2. O relator	519
2.1. Incumbências do relator	520
2.1.1. <i>Correção de vícios sanáveis</i>	521
3. Processamento das causas	522
3.1. Atendibilidade dos fatos supervenientes e questões apreciáveis de ofício	523
3.2. Sustentação oral	524
3.3. Conhecimento de questões preliminares.....	526
3.4. Pedido de vista.....	526
3.5. Registro e publicidade do julgamento	527

CAPÍTULO 26

PROCEDIMENTOS ORIGINÁRIOS DOS TRIBUNAIS.....	529
1. Generalidades	529
2. Incidente de assunção de competência.....	529
2.1. Legitimidade	530
2.2. Competência para julgamento e fixação do precedente	531
2.2.1. <i>Desistência do recurso e fixação da tese</i>	531
2.3. Prevenção e superação de divergências no Tribunal	531
2.4. Outras regras relativas ao IAC.....	532
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	532
3.1. Procedimento e participação qualificada.....	534
4. Conflito de competência.....	534
4.1. Legitimidade Ativa.....	535
4.2. Processamento e Julgamento	536
4.3. Competência para Julgamento	536
4.4. Disposições internas dos Tribunais.....	537
5. Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	538
5.1. Competência.....	538
5.2. Juízo de delibação	539
5.3. Requisito Negativo.....	540
5.4. Execução de decisões estrangeiras de urgência	540
5.4.1. <i>Concessão de medida de urgência pelo STJ</i>	541

5.5.	Outras regras relativas ao tema.....	541
6.	Ação rescisória.....	541
6.1.	Hipóteses de cabimento	542
6.2.	Não cabimento para anulação de atos das partes	546
6.3.	Competência.....	546
6.4.	Legitimidade	548
6.5.	Prazo para ajuizamento	549
6.5.1.	<i>Polêmica quanto ao prazo da ação rescisória parcial</i>	<i>550</i>
6.6.	Procedimento da ação rescisória	550
6.6.1.	<i>Correção do objeto da ação e remessa ao juízo competente</i>	<i>552</i>
6.6.2.	<i>Concessão de tutela provisória</i>	<i>553</i>
6.6.3.	<i>Atuação do Relator.....</i>	<i>553</i>
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	554
7.1.	Modelo adotado: causa-modelo ou causa-piloto	555
7.2.	Legitimidade para instauração do IRDR	556
7.3.	Competência.....	556
7.3.1.	<i>IRDR nos Tribunais Superiores.....</i>	<i>557</i>
7.4.	Procedimento.....	558
7.4.1.	<i>Ampliação do diálogo democrático na construção do precedente</i>	<i>561</i>
7.4.2.	<i>Publicidade qualificada</i>	<i>561</i>
7.4.3.	<i>Concessão de medidas de urgência nos processos suspensos em razão do IRDR.....</i>	<i>562</i>
7.4.4.	<i>Distinguishing para evitar suspensão de processos que não discutam a tese objeto do IRDR.....</i>	<i>562</i>
7.4.5.	<i>IRDR sobre questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado</i>	<i>563</i>
7.5.	Revisão da tese	564
7.6.	Recursos.....	564
7.6.1.	<i>Suspensão em âmbito nacional dos processos que versem sobre a questão objeto do IRDR</i>	<i>565</i>
7.7.	Outras disposições	567
8.	Reclamação.....	567
8.1.	Hipóteses de cabimento	568
8.2.	Competência.....	571
8.3.	Legitimidade	571
8.4.	Procedimento.....	572
8.5.	Entendimento restritivo do STJ. Não cabimento da reclamação para garantir a aplicação do precedente formado no julgamento de recursos repetitivos	575

CAPÍTULO 27

TEORIA GERAL DOS RECURSOS	579
1. Conceito de recurso.....	579
2. Duplo grau de jurisdição	580
3. Classificação dos recursos	581
3.1. Quanto à fundamentação.....	581
3.2. Quanto à extensão da matéria abrangida	581
4. Juízo de admissibilidade	582
4.1. Requisitos de admissibilidade	582
4.1.1. Requisito intrínseco: cabimento	582
4.1.2. Requisito intrínseco: legitimidade recursal.....	583
4.1.3. Requisito intrínseco: interesse recursal	584
4.1.3.1. Interesse para recorrer da fundamentação	584
4.1.4. Requisito intrínseco: inexistência de fatos impeditivos ou	
extintivos do direito de recorrer.....	585
4.1.5. Requisito extrínseco: preparo.....	586
4.1.6. Requisito extrínseco: regularidade formal	588
4.1.7. Requisito extrínseco: tempestividade.....	588
4.1.7.1. Algumas regras específicas sobre os prazos.....	591
5. Efeitos dos recursos	592
6. Recurso adesivo	595

CAPÍTULO 28

RECURSOS EM ESPÉCIE	597
1. Apelação	597
1.1. O recurso subordinado ou dependente.....	598
1.2. Efeitos da apelação.....	599
1.2.1. <i>Efeito suspensivo.....</i>	599
1.2.2. <i>Efeito devolutivo</i>	600
1.2.3. <i>Efeito regressivo</i>	601
1.3. Procedimento.....	601
1.3.1. <i>Julgamento da causa madura</i>	602
1.3.2. <i>Arguição de fatos novos em sede de apelação</i>	602
1.4. Técnica de ampliação do colegiado.....	603
1.4.1. <i>Outros casos de aplicação da técnica do colegiado</i>	
<i>ampliado</i>	606
1.4.2. <i>Outros casos de não aplicação da técnica do colegiado</i>	
<i>ampliado</i>	607

2.	Agravo de instrumento	607
2.1.	Hipóteses de cabimento	607
2.1.1.	<i>Decisão interlocutória de conteúdo complexo</i>	616
2.2.	Procedimento.....	616
2.2.1.	<i>Informação ao juízo a quo da interposição do recurso</i>	619
3.	Agravo interno.....	620
3.1.	Procedimento.....	621
4.	Embargos de declaração.....	622
4.1.	Procedimento.....	624
4.1.1.	<i>Efeitos dos embargos de declaração</i>	626
4.1.1.1.	Exceção: quando os embargos não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.....	626
4.2.	Embargos manifestamente protelatórios	628
4.3.	Embargos com função de prequestionamento.....	629
5.	Recurso ordinário.....	630
5.1.	Hipóteses de cabimento	631
6.	Recurso extraordinário e recurso especial	632
6.1.	Procedimento do recurso especial	634
6.1.1.	<i>Relevância da questão infraconstitucional</i>	640
6.2.	Procedimento do recurso extraordinário.....	642
6.2.1.	<i>Repercussão geral</i>	646
6.3.	Concessão de efeito suspensivo aos recursos excepcionais.....	649
6.4.	Recursos repetitivos.....	650
6.4.1.	<i>Distinção entre as questões afetada e sobrestada</i>	655
6.4.1.1.	Alteração promovida pela Lei nº 13.256/16 e aparente contradição	655
6.4.2.	<i>Ampliação do diálogo democrático na construção do precedente</i>	656
6.4.3.	<i>Outras regras aplicáveis aos recursos repetitivos</i>	657
7.	Agravo em recurso extraordinário e recurso especial.....	658
7.1.	Procedimento.....	659
7.1.1.	<i>Interesse recursal</i>	661
8.	Embargos de divergência	661
8.1.	Procedimento.....	663
	BIBLIOGRAFIA	665